



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

CONTRATO Nº 31/2020**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº 31/2020, QUE FAZEM ENTRE SI O LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA E A EMPRESA ARAM ARQUITETURA URBANISMO E ENGENHARIA LTDA.**

A União, por meio do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária/RS, com sede na Estrada da Ponta Grossa, nº 3036, na cidade de Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 00.396.895/0045-46, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Coordenador, o Auditor Fiscal Federal Agropecuária Sr. Fabiano Barreto, nos termos da Portaria da Secretaria Executiva do MAPA nº 2.513 publicada no Diário Oficial da União em 22 de dezembro de 2017, ou seu substituto, o Auditor Fiscal Federal Agropecuário Sr. Aguinaldo Parussolo, nos termos da Portaria da Secretaria Executiva do MAPA nº 2.514 publicada no Diário Oficial da União em 22 de dezembro de 2017, ambos com competência para assinar Contratos, e a empresa **ARAM ARQUITETURA URBANISMO E ENGENHARIA LTDA.** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.988.273/0001-51, sediada na **Rua Trinta e Um, 131 - Sala 03 - Bairro: Boa Esperança - Cuiabá/MT - CEP: 78.068-560**, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Sr.^a **Carla Gabriely de Oliveira Bessa Manfrin**, portadora da Carteira de Identidade nº 15909050, expedida pela SSP/MT, e CPF nº 020.212.551-31, tendo em vista o que consta no Processo nº 21043.001218/2020-15 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Convite nº 18/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para elaboração de projetos arquitetônicos no LFDA-RS e Embrapa Clima Temperado, que será prestado nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Instrumento Convocatório do Convite e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

LOCAL DO SERVIÇO: Embrapa Clima Temperado - Estação Experimental Terras Baixas - Rua Campos Universitário - s/n, Capão do Leão/RS					
Grupo	Item	Descrição	Un.	Qtde	Valor Total com BDI (R\$)
1	01	Sondagem do terreno para o projeto das fundações (considerado 6 furos de 10 metros de profundidade mais o relatório de sondagem)	un	2,00	6.214,79
	02	Serviço de topografia	m ²	1.275,00	1.345,17
	03	Projeto Arquitetônico completo, com detalhamento do ambiente interno da edificação de acordo com a necessidade dos pesquisadores - NOVA CONSTRUÇÃO - LABORATÓRIO	m ²	400,00	6.183,00
	04	Projeto estrutural (inclusive fundações) considerando a ação do vento sobre a edificação e o telhado (usar isopletras e a fórmula $q=0,613.Vk^2$ conforme NBR-6123) - NOVA CONSTRUÇÃO - LABORATÓRIO	m ²	400,00	6.119,20
	05	Projetos de instalações hidrossanitárias e águas pluviais - NOVA CONSTRUÇÃO - LABORATÓRIO	m ²	400,00	3.876,64
	06	Projeto de cabeamento estruturado (telefonia e lógica) - NOVA CONSTRUÇÃO - LABORATÓRIO	m ²	400,00	2.507,55
	07	Projeto de instalações elétricas - NOVA CONSTRUÇÃO - LABORATÓRIO	m ²	400,00	3.876,64
	08	Projeto de prevenção e combate a incêndio (PPCI), inclusive SPDA caso necessário, aprovado no Corpo de Bombeiros - NOVA CONSTRUÇÃO - LABORATÓRIO	m ²	400,00	1.997,21
	09	Projeto da pavimentação externa - NOVA CONSTRUÇÃO - LABORATÓRIO	m ²	400,00	328,78
	10	Projeto Arquitetônico completo, com detalhamento do ambiente interno da edificação de acordo com a necessidade dos pesquisadores - NOVA CONSTRUÇÃO - GALPÃO	m ²	875,00	6.762,65
	11	Projeto estrutural (inclusive fundações) considerando a ação do vento sobre a edificação e o telhado (usar isopletras e a fórmula $q=0,613.Vk^2$ conforme NBR-6123) - NOVA CONSTRUÇÃO - GALPÃO	m ²	875,00	6.698,25
	12	Projetos de instalações hidrossanitárias e águas pluviais - NOVA CONSTRUÇÃO - GALPÃO	m ²	875,00	4.250,81
	13	Projeto de cabeamento estruturado (telefonia e lógica) - NOVA CONSTRUÇÃO - GALPÃO	m ²	875,00	2.748,00
	14	Projeto de instalações elétricas - NOVA CONSTRUÇÃO - GALPÃO	m ²	875,00	4.250,81
	15	Projeto de prevenção e combate a incêndio (PPCI), inclusive SPDA caso necessário, aprovado no Corpo de Bombeiros - NOVA CONSTRUÇÃO - GALPÃO	m ²	875,00	2.189,81
	16	Projeto da pavimentação externa, inclusive passarela de ligação entre os dois galpões - NOVA CONSTRUÇÃO - GALPÃO	m ²	875,00	354,23
	17	Especificações técnicas e memorial descritivo - NOVA CONSTRUÇÃO	un	2,00	8.579,00
	18	Elaboração de planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, composição do BDI e encargos sociais - NOVA CONSTRUÇÃO	un	2,00	10.304,04
	19	Projeto detalhando os serviços para reforma, reparos, incluindo demolições, construções, reforma das instalações, pintura, acabamentos e todos os serviços correlatos que forem solicitados pela Fiscalização do Contrato. Os serviços podem incluir novos Projetos Arquitetônico, Estruturais, de Instalações Elétricas, Hidrossanitárias e de Cabeamento Estruturado, PPCI, SPDA e Pavimentação. - REFORMA - GALPÃO EXISTENTE	m ²	875,00	11.228,15
	20	Projeto de reforma e ampliação (para o novo galpão) do sistema de tratamento de efluentes - REFORMA E AMPLIAÇÃO - SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES	m ²	420,00	5.389,51
	21	Especificações técnicas e memorial descritivo - REFORMA E AMPLIAÇÃO	un	2,00	4.289,50
	22	Elaboração de planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, composição do BDI e encargos sociais - REFORMA E AMPLIAÇÃO	un	2,00	5.152,00
	23	Cópias	m	100,00	1.236,60
	24	Taxas e emolumentos (ART/RRT)	un	22,00	4.388,22
Total do Grupo 1					110.270,56

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Instrumento Convocatório, com início na data de **04/01/2021** e encerramento em **03/01/2022**.
- 2.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.
- 2.2. O prazo de execução do objeto deverá ser definidos nas Ordens de Serviço (OS) abertas, com cronograma de entrega apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela administração, podendo ser prorrogado por até 60 dias, a critério da Administração, desde que, devidamente justificado e será iniciada em até 30 dias a contar da data de assinatura deste instrumento.
- 2.3. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

- 3.1. O valor total da contratação é de **R\$ 110.270,56 (cento e dez mil duzentos e setenta reais e cinquenta e seis centavos)**.
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão: 00001

Fonte: 0174300905

Programa de Trabalho: 149441

Elemento de Despesa: 449051.99

Pl: SC529K00002

Nota de Empenho: 2020NE801198

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

- 5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Projeto Básico.

6. CLÁUSULA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 6.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

- 7.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Projeto Básico, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Projeto Básico, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, respeitadas as condições e obrigações estabelecidas no Projeto Básico e na proposta da contratada.

10. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS ALTERAÇÕES

- 10.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN SEGES/MP nº 05, de 2017, no que couber.
- 10.1.1. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.
- 10.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder os limites estabelecidos no subitem anterior.
- 10.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.
- 10.2.1. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto n. 7.983/2013.
- 10.3. O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.
- 10.4. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência utilizado na forma do Decreto n. 7.983/2013, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda colocada na licitação.
- 10.5. O serviço adicionado ao contrato ou que sofra alteração em seu quantitativo ou preço deverá apresentar preço unitário inferior ao preço de referência da Administração Pública divulgado por ocasião da licitação, mantida a proporcionalidade entre o preço global contratado e o preço de referência, ressalvada a exceção prevista no subitem anterior e respeitados os limites do previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.6. Na assinatura do presente Contrato, a Contratada declara sua responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.
- 10.7. A Contratada somente poderá subcontratar empresas que aceitem expressamente as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Projeto Básico, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1. A disciplina inerente ao recebimento do objeto é aquela prevista no Projeto Básico, anexo do Instrumento Convocatório.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO

14.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

14.1.1. nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico, anexo do Instrumento Convocatório;

14.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

14.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

14.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;

14.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3. Indenizações e multas.

14.5. No caso de obras, o não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato será causa de rescisão por ato unilateral e escrito da contratante.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Subseção Judiciária de Porto Alegre/RS - Justiça Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado digitalmente pelos contratantes e por duas testemunhas.

DAS ASSINATURAS		
CONTRATANTE		
Fabiano Barreto	Coordenador do LFDA/RS	Assinatura Digital
CONTRATADA		
Carla Gabriely de Oliveira Bessa Manfrin	Representante Legal	Assinatura Digital
TESTEMUNHAS		
Francisco Aguiar Lucero	Testemunha	Assinatura Digital
Carla Soares Silva	Testemunha	Assinatura Digital



Documento assinado eletronicamente por **Carla Gabriely de Oliveira Bessa Manfrin, Usuário Externo**, em 30/12/2020, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO AGUIAR LUCERO, Chefe de Serviço**, em 30/12/2020, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **CARLA SOARES SILVA, Chefe da Seção de Licitações**, em 30/12/2020, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIANO BARRETO, Coordenador e Ordenador de Despesas**, em 30/12/2020, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13364409** e o código CRC **A491F81E**.

Referência: Processo nº 21043.001218/2020-15